



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA CIDADANIA

CURRÍCULO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Sibebe Regina Luz Grecco
Cargo Comissionado: Assessora

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: MESTRADO EM DIREITO CONSTITUCIONAL, Conclusão: 2011

Instituição: UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Portugal (Diploma revalidado pela UnB)

Título da Dissertação: "O FENÔMENO DO ATIVISMO JUDICIAL: Análise teórica e estudo do caso da fidelidade partidária na ótica do Supremo Tribunal Federal brasileiro."

Curso: ESPECIALIZAÇÃO EM ORDEM JURÍDICA E MINISTÉRIO PÚBLICO, com duração de 872 horas-aula e apresentação de monografia ao final.

Conclusão: 2005, Brasília, Brasil

Instituição: FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS - FESMPDFT, Brasília, Brasil

Curso: GRADUAÇÃO EM DIREITO, Conclusão: 1995

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, Brasil

CURSOS

Inglês: compreende bem, fala bem, lê bem, escreve bem

Francês: compreende bem, fala bem, lê bem, escreve razoavelmente

Italiano: compreende razoavelmente, fala pouco, lê bem, escreve pouco

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Ministério da Cidadania – Consultoria Jurídica

Cargo: Assessora – FCPE 102.4 (de 30/01/2019-presente)

Descrição: Assessoramento jurídico do Ministério nas questões afetas à Secretaria Especial do Esporte

Ministério do Desenvolvimento Social – Consultoria Jurídica

Cargo: Coordenadora-Geral de Relacionamento com o INSS – FCPE 101.4 (de 25/05/2018-29/01/2019)

Descrição: Assessoramento jurídico do Ministério nas questões afetas à supervisão ministerial do INSS

Ministério do Esporte – Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD (cedida)

Cargo: Chefe de Gabinete – FCPE 101.4 (de 09/09/2016 a 11/05/2018)

Descrição: Além das atribuições próprias da chefia de Gabinete da Secretaria, era responsável pela parte jurídica da Secretaria que não está inserida nas atribuições da CONJUR-ME. A ABCD é uma Secretaria sui generis dentro da estrutura do Ministério do Esporte, pois é a “Organização Nacional Antidopagem”, que detém, no Brasil, a atribuição de apurar violações de regras antidopagem previstas no Código Mundial Antidopagem e fazer a interface com o recém criado Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, zelando pela correta aplicação das normas internacionais referentes a essa matéria

AGU/ Procuradoria Federal junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES

Cargo: Procuradora-chefe – DAS 101.4 (de 16/09/2013-08/09/2016)

Descrição: Chefia da equipe de Procuradores Federais em exercício na PF-CAPES. Consultoria e assessoramento jurídico da CAPES, envolvendo elaboração de pareceres, orientações às áreas técnicas e análise das manifestações jurídicas em matéria de licitações, contratos, convênios, acordos de cooperação e congêneres, cobrança de créditos não-tributários da CAPES, assuntos referentes à área de educação (regulamentação de bolsas de estudo e pesquisa e de programas educacionais, análise de projetos de lei, formulação de teses de defesa em processos judiciais de interesse da CAPES, etc.).

AGU/ Procuradoria Federal junto ao Instituto Brasileiro de Turismo – PF-EMBRATUR

Cargo: Procuradora Federal

Descrição: Atuação no consultivo na equipe da Procuradoria Federal junto à EMBRATUR (março/2010 a setembro/2013), com emissão de pareceres em licitações e contratos, convênios e matéria de pessoal.

AGU/Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal

Cargo: Procuradora Federal (janeiro/2008 a fevereiro/2010 – licença entre outubro/2008 e fevereiro/2010 para cursar mestrado em Coimbra, Portugal)

Descrição: Atuação junto aos tribunais superiores (STJ e STF) nos processos de interesse das autarquias federais em matéria administrativa.

AGU/ Coordenação de Matéria Administrativa da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social - PFE-INSS

Cargo: Procuradora Federal (2006 a 2007)

Descrição: Consultoria em matéria de pessoal

AGU/ Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social - PFE-INSS

Cargo: Chefe da Procuradoria de Tribunais em Brasília da PFE-INSS (09/01/2004 a 30/03/2005 – após exoneração do cargo, a pedido, passou a compor a própria equipe que chefiava, até 2006)

Descrição: Chefia da equipe de Procuradores responsáveis pelos processos judiciais de interesse do INSS junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília.

AGU/ Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social - PFE-INSS

Cargo: Chefe da Procuradoria de Tribunais em Porto Alegre da PFE-INSS (setembro/2003 a janeiro/2004)

Descrição: Chefia da equipe de Procuradores responsáveis pelos processos judiciais de interesse do INSS junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (contencioso), com sede em Porto Alegre.

AGU/Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social – PFE-INSS

Cargo: Procurador Federal – de 1998 a 2003

Descrição: Atuação no contencioso da Procuradoria-Geral do INSS, na primeira instância e, a partir de 2000, junto aos Tribunais Federais e Estaduais de segunda instância (TRF da 4ª Região, TJRS).

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

Cargo: Técnico Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (cargo de nível médio, alçado por concurso público, realizado enquanto cursava a faculdade) e Analista Judiciário – atividade-fim, a partir de abril de 1997 (cargo público privativo de Bacharel em Direito, também alçado por concurso público), até janeiro de 1998.

Descrição: Apoio técnico-administrativo junto à Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal, sendo responsável pela execução orçamentária do Tribunal.

ARTIGOS PUBLICADOS

Aspectos da Responsabilidade do Estado-juiz na França e em Portugal e a Interjusefundamentalidade – Anotação ao Acórdão 295831 do Conselho de Estado Francês, 5ª e 4ª Sub-seções Reunidas, de 18 de Junho de 2008. Revista da AGU. Ano VIII – Número 21, jul./set. 2009, Brasília, pp. 343-363.

Anotação ao Acórdão nº 382/2007, do Tribunal Constitucional. Incompatibilidades e impedimentos dos Deputados às Assembleias Legislativas das Regiões Autônomas do Açores e da Madeira. Revista virtual da AGU, nº 92, set/2009. Disponível em http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=97461&ordenacao=1&i_d_site=1115

Memorial em Arguição de Inconstitucionalidade (GDAT para Auditores-Fiscais inativos), em co-autoria, publicado na Revista da Procuradoria Federal Especializada – INSS, vol. 10, n. 1, abr-jun 2003, p. 131/142